

## **Lei Nº1.205/2015**

### ***Dispõe Sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá Outras Providências.***

**José Nilton da Silva**, Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO PRIMEIRO**

##### **Das Disposições Iniciais, Criação, Natureza do Conselho Tutelar**

**Art. 1º.** O Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Angelina é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

§ 1º. A autonomia do Conselho Tutelar é de natureza funcional, ou seja, em matéria técnica de sua competência cabe-lhe decisões e aplicar medidas sem qualquer interferência externa.

§ 2º. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser modificadas pelo próprio Conselho (art. 99 e 100 do ECA) ou pela autoridade judiciária, se o pedir quem tiver legítimo interesse (artigos 137, 99 e 100 do ECA).

**Art. 2º.** O Conselho Tutelar será composto de 5 (cinco) membros titulares, e 5 (cinco) suplentes, escolhidos pela população local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução.

*Parágrafo Único.* Os conselheiros que forem eleitos antes da eleição unificada, prevista para o 1º (primeiro) domingo do mês de outubro de 2015, terão seus mandatos reduzidos e ou dilatados até a data da posse dos conselheiros eleitos na eleição unificada, prevista para o dia 10 de janeiro de 2016.

#### **CAPÍTULO SEGUNDO**

##### **Da Escolha dos Conselheiros Tutelares**

**Art. 3º.** São exigidos, para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, os seguintes requisitos:

I - Ter reconhecida idoneidade moral, atestada por 1 (uma) autoridade dos poderes executivo, legislativo ou judiciário, bem como certidão negativa de antecedentes criminais da comarca de Santo Amaro da Imperatriz;

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - Residir no município;

IV - Escolaridade de nível médio completo;

V- Estar no gozo dos direitos políticos.

**Art. 4º.** Todos os procedimentos para a escolha dos Conselheiros Tutelares serão realizados sob a responsabilidade do CMDCA e fiscalização da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca na qual faz parte o Município de Angelina (art. 139 do ECA).

**Art. 5º.** Atendidas as disposições da Lei Federal Nº 8.069/90 e desta Lei, o CMDCA definirá, por resolução e ou edital, todo o processo de escolha, desde o registro das candidaturas, forma e prazo, para as suas impugnações, os atos preparatórios, a apuração dos votos, a proclamação dos escolhidos e sua posse.

**Art. 6º.** Os Conselheiros Tutelares serão escolhidos mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo dos eleitores do município de Angelina, em processo a ser organizado e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

**Art. 7º.** O CMDCA fará fixar edital de convocação e eleição na portaria do prédio da Prefeitura Municipal, ou outro meio de publicação oficial do município, com antecedência mínima de 06 (seis) meses do pleito, contendo entre outras informações necessárias, o prazo para inscrição das candidaturas, a data e o local para a escolha.

**Art. 8º.** O Presidente do CMDCA comunicará ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca o início do processo de escolha, encaminhando-lhe cópia do edital (art. 139 do ECA).

**Art. 9º.** Os candidatos deverão encaminhar requerimento de inscrição de suas candidaturas junto ao CMDCA, sendo garantido o prazo mínimo de 30 (trinta) dias após publicação do edital, acompanhado dos documentos comprobatórios dos requisitos de que trata o art. 3º.

**Art. 10º.** Encerrado o prazo de inscrição e analisados os pedidos pela comissão especial criada para este fim, o presidente do CMDCA fará publicar no edifício da Prefeitura, ou outro meio de publicação oficial do município, a relação dos inscritos, e declarará aberto o prazo de 10 (dez) dias para impugnações, a partir da publicação.

§1º. A impugnação poderá ser apresentada por qualquer cidadão ou entidade de atendimento, defesa ou promoção da criança e do adolescente.

§2º. Simultaneamente à publicação e pelo prazo de 10 (dez) dias, o Presidente do CMDCA encaminhará ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude todos os requerimentos de inscrição, para fiscalização de que trata o art. 139 da Lei Federal Nº 8.069/90, ocasião em que este poderá apresentar as impugnações que entender cabíveis.

**Art. 11.** Havendo impugnação, o candidato será notificado da mesma, podendo apresentar defesa em 5 (cinco) dias.

**Art. 12.** Encerrados os prazos de que tratam os artigos 10 e 11, uma Comissão Especial do CMDCA analisará, no prazo máximo de 10 (dez) dias, os pedidos

de inscrição, inclusive as impugnações e defesas, se houverem, emitindo sucinto relatório com parecer sobre o mérito.

**Art. 13.** Ao analisar os pedidos de inscrição, conjuntamente com o relatório e parecer elencado no *caput* do artigo anterior, o CMDCA dará atenção especial aos requisitos do artigo art. 3º desta Lei, mencionando as razões em caso de indeferimento das inscrições.

*Parágrafo Único.* Em vista das elevadas responsabilidades do Conselho Tutelar e os prioritários interesses das crianças e dos adolescentes, o CMDCA deverá examinar a idoneidade e experiência dos candidatos, não só em declarações, atestados ou certidões formais, mas também por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos, como entrevista pessoal com o candidato, testemunhos e outros, podendo realizar diligências para elucidar aspecto relevante.

**Art. 14.** Realizada a eleição de escolha, para qual deverá ser convidado o Promotor de Justiça da Comarca, sob pena de nulidade, concluída a apuração e proclamados os resultados, o Presidente do CMDCA fará publicar Edital no edifício da Prefeitura, ou outro meio de publicação oficial do município, os nomes dos conselheiros e suplentes escolhidos, e seus respectivos sufrágios, encaminhando ata dos resultados ao Chefe do Poder Executivo.

*Parágrafo Único.* No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

**Art. 15.** Os eleitos serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo e tomarão posse perante este e o CMDCA, entrando em exercício no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores.

*Parágrafo Único.* A partir do primeiro domingo do mês de outubro de 2015, onde ocorrerá eleição unificada em todo o país, os Conselheiros Tutelares tomarão posse no exercício da função no dia 10 de janeiro do ano seguinte de cada eleição.

### **CAPÍTULO TERCEIRO**

Dos impedimentos, vedações e competência

**Art. 16.** São impedidos de servir no mesmo conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro (a) e genro (ou nora), irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

*Parágrafo Único.* Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca (art. 140 do ECA).

**Art. 17.** É vedado ao Conselheiro Tutelar:

a) cobrar ou receber honorários das pessoas, a qualquer título, pelo exercício das funções previstas nesta Lei;

b) divulgar, por qualquer meio de comunicação, nome de criança ou adolescente a quem se atribua ato infracional, bem como qualquer ato ou documento

de procedimento policial, administrativo ou judicial, relativo a tal fato, na forma dos artigos 143 e 247, da Lei Federal Nº 8.069/90;

c) usar sua função pública para fazer proselitismo político partidário.

*Parágrafo Único.* Desejando candidatar-se a cargo eletivo da política partidária, deverá afastar-se de suas funções com no mínimo 120 (cento e vinte) dias de antecedência ao pleito.

**Art. 18.** Aplica-se ao Conselho Tutelar a regra de competência no art. 147, da Lei Federal Nº 8.069/90 (art. 138 do ECA).

## **CAPÍTULO QUARTO**

### Da perda do mandato e dos suplentes

**Art. 19.** Perderá automaticamente o mandato o conselheiro que for condenado por sentença irrecorrível pela prática de crime doloso, por infração administrativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente ou que transferir residência para fora do Município de Angelina.

**Art. 20.** Poderá ainda ser cassado o mandato do Conselheiro Tutelar em caso de grave desídia no cumprimento dos deveres de seu cargo ou descumprimento reiterado das vedações desta Lei, apurando-se o fato através de inquérito administrativo instaurado pelo voto da maioria absoluta do CMDCA, e desde que haja votação favorável à cassação pela maioria qualificada de dois terços do colegiado pleno, facultada ampla defesa.

**Art. 21.** Em qualquer uma das hipóteses dos artigos anteriores, bem como nos casos de morte ou renúncia, o CMDCA solicitará a exoneração do Conselheiro ao Chefe do Poder Executivo e convocará o respectivo suplente.

**Art. 22.** Na hipótese da vacância ou de substituição temporária por férias ou outra licença permitida ao titular, poderá ser convocado a assumir o suplente mais votado.

## **CAPÍTULO QUINTO**

### Do exercício da função e da remuneração dos Conselheiros

**Art. 23.** O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo (art. 135 DO ECA).

**Art. 24.** O Conselho Tutelar elaborará o seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação do CMDCA.

**Art. 25.** Constará da Lei Orçamentária Municipal previsão de recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar (art. 134 do ECA).

**Art. 26.** O chefe do Poder Executivo, ouvido o CMDCA e o Conselho Tutelar, providenciará local adequado para a sua instalação, bem como o apoio necessário ao seu funcionamento, como pessoal, meios de comunicação, veículo e outros.

§1º. O CMDCA fixará por resolução, ouvido o Conselho Tutelar, os dias e os horários em que esta dará atendimento ao público, no local que lhe sirva de sede.

§2º. A atuação do Conselho Tutelar, porém será permanente, ou seja, continua e ininterrupta, mantendo plantão para atender os casos urgentes em qualquer dia e horário, inclusive noturno, na forma das resoluções do CMDCA e de seu Regimento Interno.

**Art. 27.** Ficam criados 5 (cinco) Cargos de Confiança Comunitária, no quadro especial de funcionários da Prefeitura Municipal, a serem preenchidos pelos que forem eleitos para as funções de Conselheiro Tutelar.

**Art. 28.** Os Conselheiros Tutelares sujeitam-se a um regime jurídico e vínculo especial com o Município, a ser regulamentado por Decreto pelo Chefe do Poder Executivo, respeitadas as normas da presente Lei, não tendo vínculos estatutários e ou celetistas para com a Prefeitura.

§1º. Os Conselheiros Tutelares exercerão suas funções em regime de dedicação exclusiva, percebendo remuneração mensal equivalente ao piso salarial do Município, atualmente quantificado em R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), garantida a revisão geral anual, nos mesmos índices e datas aplicadas aos demais servidores, na qual poderá ser acrescida eventual auxílio criado por lei específica.

§2º. Terão direito a férias anuais remuneradas, de 30 (trinta) dias, acrescidos de um terço a mais do que o salário normal, décimo terceiro salário com base na remuneração integral, licença maternidade, licença paternidade e cobertura previdenciária junto ao INSS, mediante desconto legal.

**Art. 29.** Tratando-se, porém, de agentes públicos eleitos para mandato temporários, mesmo podendo ser reconduzidos uma vez, os conselheiros tutelares não adquirem ao término de seu mandato, qualquer direito a indenizações, à efetivação ou estabilidade nos quadros da administração pública municipal.

**Art. 30.** O funcionário público federal ou estadual que pretender se inscrever candidato ao Conselho Tutelar, deverá comprovar até a inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Município, caso eleito, poderá optar pelos vencimentos de sua origem, desde que a legislação de sua entidade estatal lhe faculte.

## **CAPÍTULO SEXTO**

### **Das atribuições do Conselho Tutelar**

**Art. 31.** São atribuições do Conselho Tutelar (art. 136 do ECA):

I – Atender crianças e adolescentes sempre que houver ameaça ou violação dos direitos que lhe são reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou

responsáveis e em razão de sua conduta (art. 98, 103 a 105 do ECA), aplicando-lhes, isolada ou cumulativamente, conforme o caso, as seguintes medidas:

- a) encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade;
- b) orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- c) matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- d) inclusão em programas comunitários ou oficiais de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- e) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial;
- f) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento à alcoólatras e toxicômanos;
- g) abrigo em entidade assistencial.

II – Atender e aconselhar os pais ou responsável por criança ou adolescente em situação de risco, e se for o caso, aplicar-lhes as medidas de:

- a) encaminhando-a a programa oficial ou comunitário de promoção à família;
- b) inclusão em programas de tratamento à alcoólatras e toxicômanos;
- c) encaminhamento a cursos ou programa de orientação;
- d) encaminhamento à tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- e) obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;
- f) obrigação de encaminhar a criança ou adolescente e tratamentos especializados;
- g) advertência.

III – Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

- a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- b) representar junto a autoridade judiciária, nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV – Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal, contra os direitos da criança e do adolescente;

V – Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.

VI – Providenciar a medida estabelecida pela Autoridade Judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I à VI, do ECA, para o adolescente autor do ato infracional;

VII – Expedir notificações;

VIII – Requirir certidões de nascimento e de óbito da criança ou adolescente, quando necessário;

IX – Assessorar o Poder Executivo local na elaboração de proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X – Representar, em nome de pessoa e da família, contra programas ou programações de rádio ou televisão que desrespeitem valores éticos e sociais, bem como propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde da criança e do adolescente (art. 202, parágrafo 3º, inciso II, da Constituição Federal c/c art. 136, X do ECA);

XI - Representar ao Juiz da Infância e da Juventude nos casos de irregularidades em entidades de atendimento ou infração administrativa às normas de proteção à criança ou adolescente para o fim de aplicação de medidas e penalidades administrativas, pela autoridade judiciária (arts. 95, 191 e 194 do ECA).

XII - Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão de pátrio poder, em caso de maus tratos ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável e havendo necessidade de ser afastado o agressor da companhia da criança ou adolescente, o Conselho Tutelar comunicará imediatamente os fatos ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude (arts. 130, 201, III do ECA).

XIII - Desempenhar quaisquer outras atividades, desde que compatíveis com as finalidades previstas no art. 131 da Lei Federal nº 8.069/90, para o mais perfeito esgotamento dos objetivos de sua instituição.

§1º. Ao atender qualquer criança ou adolescente, o Conselho Tutelar conferirá sempre o seu registro civil e, verificando sua inexistência ou grave irregularidade no mesmo, comunicará o fato ao Promotor de Justiça da Comarca para os fins do art. 102 e 148, parágrafo único, letra H, do ECA.

§2º O abrigo a que se refere a letra "g" do inciso I, deste artigo, é medida provisória e excepcional e só será realizado em estabelecimento aberto, sem caráter restritivo da liberdade, salvo as normas internas peculiares da entidade, nem duração superior ao necessário para a reintegração à família natural ou colocação em família substituta.

## **CAPÍTULO SÉTIMO**

### **Do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA**

**Art. 32.** Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, como órgão deliberativo, normativo, consultivo e controlador, em todos os níveis, das ações da política de atendimento, nos termos dos artigos 204 e 227, parágrafo 7º da Constituição Federal e do art. 88, II da Lei Federal Nº 8.069, de 13/07/90.

*Parágrafo único.* Os atos normativos ou decisórios emanados do CMDCA, serão formalizados sob a denominação da Resolução.

**Art. 33.** São funções do CMDCA:

I - Formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando as prioridades para as ações de atendimento e para a aplicação de recursos do FIA;

II - Deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do FIA;

III - Zelar para a execução dessa política, atendidas peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizem;

IV - Formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa alertar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

V - Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se executa no Município, que possa afetar as suas deliberações;

VI - Receber denúncias, petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa ou entidade, por desrespeito aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, dando-lhes o encaminhamento devido;

VII - Registrar as entidades não governamentais de atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente, que mantenham programas de:

- a) Orientação e apoio sócio familiar;
- b) Apoio socioeducativo em meio aberto;
- c) Colocação familiar;
- d) Abrigo;
- e) Liberdade assistida;
- f) Semiliberdade;
- g) Internação, fazendo cumprir as normas previstas no

Estatuto da Criança e do Adolescente;

VIII - Registrar os programas a que se refere o inciso anterior das entidades governamentais que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes do mesmo Estatuto;

IX - Regulamentar, orientar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis a eleição e a posse dos membros do Conselho Tutelar do Município;

X - Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo Regimento Interno e declarar vago o cargo por perda de mandato, nas hipóteses de dois terços (2/3) do total de seus membros;

XI - Elaborar e alterar o seu Regimento Interno, com a aprovação de dois terços (2/3) do total de seus membros;

XII - Desempenhar quaisquer outras atividades, desde que compatíveis com as suas finalidades, para o mais perfeito esgotamento dos objetivos de sua instituição.

**Art. 34.** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado para efeito de apoio político-administrativo ao Gabinete do Prefeito, é composto de 06 membros, sendo:

I - 03 titulares e seus respectivos suplentes, representando a área governamental, de livre escolha e nomeação do Prefeito Municipal:

- a) Secretaria de Saúde;
- b) Secretaria da Educação, Desporto e Cultura;
- c) Secretaria da Agricultura.

II - 03 titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelas seguintes organizações representativas das entidades não governamentais e nomeados pelo Prefeito Municipal:

- a) Associação de Pais e Professores;
- b) APAE;
- c) Pastoral da Saúde.

**Art. 35.** O mandato dos Conselheiros é de 2 (dois) anos, facultada uma recondução, sendo o seu exercício considerado de interesse público relevante e não remunerado.

§ 1º. A limitação quanto à recondução não se aplica aos Conselheiros que exercem cargos de confiança junto ao Poder Executivo Municipal.



§ 2º. Nas ausências e nos impedimentos dos Conselheiros, substituí-los-ão aos seus suplentes.

**Art. 36.** O Conselheiro que, no exercício da titularidade faltar a duas (2) reuniões consecutivas ou a quatro (4) alternadas, salvo justificativa por escrito, aprovada por maioria simples de seus pares, perderá seu mandato, vedada a recondução para o mesmo período, sendo-lhe aplicada advertência funcional, se for servidor público municipal.

§ 1º. Perdendo o mandato um Conselheiro, representante de órgão ou entidade governamental, o Chefe do Poder Executivo nomeará outro representante do mesmo órgão ou entidade e seu suplente, facultado o aproveitamento do suplente anterior.

§ 2º. No caso de perda de mandato de Conselheiro não governamental, a entidade indicará novo titular e suplente, facultado o aproveitamento do suplente anterior.

§3º. Executada a posse inicial, dos primeiros Conselheiros, que será dada pelo Prefeito Municipal, em todos os demais casos de renovação de Conselheiros, estes tomarão posse perante seus pares.

**Art. 37.** Aplicam-se aos integrantes do CMDCA os mesmos impedimentos previstos nesta Lei para os membros do Conselho Tutelar.

**Art. 38.** A direção e representação do CMDCA será exercida por seu Presidente em todos os atos inerentes a seu exercício.

## **CAPÍTULO OITAVO**

### **Do Fundo Municipal dos Direitos da Infância e da Adolescência – FIA**

**Art. 39.** Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Infância e da Adolescência – FIA, como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho dos Direitos, ao qual está vinculado, nos termos da legislação pertinente.

**Art. 40.** Os recursos do Fundo serão constituídos de:

I – Doações de contribuintes do Imposto de Renda e outros incentivos governamentais;

II – Dotação configurada anualmente na legislação orçamentária municipal;

III – Doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais;

IV – Remuneração oriunda de aplicações financeiras;

V – Produto das aplicações dos recursos disponíveis e vendas de materiais, publicações e eventos realizados;

VI – Receitas oriundas de multas aplicadas sobre infração que envolva criança e adolescente, respeitadas as competências das esferas governamentais e dos seus repasses ao Município;

VII – Receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o Município e entidades governamentais, que tenha destinação específica;

VIII - Outros recursos que lhe forem destinados.

**Art. 41.** Cabe ao gestor do FIA, que será o Presidente do CMDCA:

I - Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes, pelo Estado ou pela União;

II - Registrar os recursos captados pelo Município, através de convênios ou por doações ao Fundo;

III - Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos do Conselho de Direitos;

IV - Liberar os recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes, nos termos das resoluções do Conselho de Direitos;

V - Praticar todos os demais atos necessários a eficiente gestão do FIA, de acordo com as normas em vigor.

**Art. 42.** Decreto do Poder Executivo regulamentará a gestão contábil e financeira do FIA, na esfera da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

*Parágrafo único.* O Presidente do CMDCA será o ordenador de suas despesas, respeitadas as diretrizes e o plano de aplicação dos seus recursos, baixados pela Plenária do Conselho.

## **CAPÍTULO NONO**

### **Das Disposições Finais**

**Art. 43.** Após a publicação da presente Lei, o CMDCA terá o prazo de 30 dias para dar início ao primeiro processo de eleição unificada, prevista para o dia 04 de outubro de 2015, ficando homologados os atos efetivados com antecedência, desde que obedecidas às normatizações da presente legislação, do ECA, Resoluções do CONANDA e congêneres.

**Art. 44.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 45.** Ficam revogadas as disposições em contrário, especificamente a Lei Municipal Nº 928/2004, de 17/06/2004.

Angelina, 02 de Junho de 2015

**José Nilton da Silva**  
**Prefeito Municipal**